

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”, “Usiminas”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (“Empresas Usiminas”) têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões (não auditado) de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.

Visando a ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como <i>trading company</i> , intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior, além de captação de recursos no mercado externo.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	11,41	19,92	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) Participação direta da Companhia de 0,28% e indireta, via UPL, de 11,13%.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2020.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2019.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de um *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como pela eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 29 no segmento de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia reconheceu a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 16 e 24. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante de R\$45.536 na Controladora e R\$129.410 no Consolidado, um passivo circulante de arrendamento de R\$12.514 na Controladora e R\$33.328 no Consolidado e um passivo não circulante de arrendamento de R\$19.293 na Controladora e R\$75.942 no Consolidado. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

- (i) Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1 Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) **Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais**

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 34).

(b) **Classificação do controle de investimentos**

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 25, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avalia as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, para minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar

os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.405.831	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14.935	14.402	38.638	10.041
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
Bonds	177.603	177.603	532.808	3.378.230
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	613.803	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817.012	766.270	3.455.143	1.907.327
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.518.270	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.476	17.899	41.518	10.041
Debêntures	119.992	126.560	1.687.274	692.300
<i>Bonds</i>	177.603	177.603	532.808	3.378.230
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	613.803	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	822.557	770.812	3.461.515	1.907.331
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	38.879	49.059	209.017	170.717
Títulos e valores mobiliários	-	-	16.352	9.036
Contas a receber	147.457	233.168	142.974	342.424
Adiantamentos a fornecedores	147	3.720	955	4.407
	<u>186.483</u>	<u>285.947</u>	<u>369.298</u>	<u>526.584</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.028.237)	(1.272.702)	(3.028.744)	(1.272.702)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(356.322)	(338.289)	(369.244)	(361.804)
Adiantamento de clientes	(4.410)	(13.740)	(8.814)	(17.480)
Demais contas a pagar	(1.904)	(23.760)	(1.900)	(23.756)
	<u>(3.390.873)</u>	<u>(1.648.491)</u>	<u>(3.408.702)</u>	<u>(1.675.742)</u>
Exposição cambial	<u>(3.204.390)</u>	<u>(1.362.544)</u>	<u>(3.039.404)</u>	<u>(1.149.158)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Real	2.067.619	4.562.381	2.077.494	4.577.088
Dólar norte-americano	3.028.237	1.272.702	3.028.744	1.272.702
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.095.856	5.835.083	5.106.238	5.849.790

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2019. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2019			
	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	4,0307	4,2322	5,0384	6,0461
EUR	4,5305	4,7570	5,6631	6,7958
JPY	0,0372	0,0390	0,0464	0,0557

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2019		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(151.695)	(758.473)	(1.516.945)
EUR	(246)	(1.228)	(2.455)
JPY	(30)	(152)	(303)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019	%	31/12/2018	%	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	3.044.400	60	20.420	1	3.054.782	60	35.127	1
TJLP	-	-	336.902	6	-	-	336.902	6
Libor	-	-	1.133.228	19	-	-	1.133.228	19
CDI	-	-	3.324.139	57	-	-	3.324.139	57
Outras	45.189	1	130.374	2	45.189	1	130.374	2
	<u>3.089.589</u>	<u>61</u>	<u>4.945.063</u>	<u>85</u>	<u>3.099.971</u>	<u>61</u>	<u>4.959.770</u>	<u>85</u>
Debêntures								
CDI	<u>2.006.267</u>	<u>39</u>	<u>890.020</u>	<u>15</u>	<u>2.006.267</u>	<u>39</u>	<u>890.020</u>	<u>15</u>
	<u>5.095.856</u>	<u>100</u>	<u>5.835.083</u>	<u>100</u>	<u>5.106.238</u>	<u>100</u>	<u>5.849.790</u>	<u>100</u>

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2019.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

<u>Indexador</u>	<u>Taxa ao final do exercício</u>	<u>31/12/2019</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI	4,4%	4,6%	5,5%	6,6%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI	(902)	(4.510)	(9.020)

As taxas de juros a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, estão apresentadas na Nota 20 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e são principalmente compostas por Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa Referencial (TR).

A operação de instrumento financeiro derivativo de taxa de juros, contratada com o objetivo de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros no resultado da Companhia, foi incluída na análise de sensibilidade de ativos e passivos. Esta operação está demonstrada na Nota 6.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	5.100.168	5.839.261	5.110.552	5.853.970
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(901.864)	(765.638)	(1.921.141)	(1.693.349)
Dívida líquida	4.198.304	5.073.623	3.189.411	4.160.621
Total do patrimônio líquido	14.043.423	14.266.298	15.565.684	15.697.391
Total do capital	18.241.727	19.339.921	18.755.095	19.858.012
Índice de alavancagem financeira	23%	26%	17%	21%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da B3, *Broadcast* e *Bloomberg*. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros passivos. A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos	7.712	3.900

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	668.175	586.559
Instrumentos financeiros derivativos	7.712	3.900
Total do ativo	<u>675.887</u>	<u>590.459</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, debêntures e *Bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, considerando a premissa de recompra desses títulos, é apurada de acordo com taxas divulgadas no *síte* da Brasil Bolsa Balcão (B3), *Broadcast* e *Bloomberg* e pode ser assim sumariada:

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	-	-	1.272.702	1.272.702
Empréstimos bancários – moeda nacional	61.352	61.352	3.672.361	3.672.361
Debêntures – moeda nacional	2.006.267	2.025.011	890.020	896.477
<i>Bonds</i>	3.028.237	3.157.217	-	-
	<u>5.095.856</u>	<u>5.243.580</u>	<u>5.835.083</u>	<u>5.841.540</u>

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	-	-	1.272.702	1.272.702
Empréstimos bancários – moeda nacional	71.227	71.227	3.687.068	3.687.068
Debêntures – moeda nacional	2.006.267	2.025.011	890.020	896.477
<i>Bonds</i>	3.028.744	3.157.217	-	-
	<u>5.106.238</u>	<u>5.253.455</u>	<u>5.849.790</u>	<u>5.856.247</u>

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de instrumentos financeiros derivativos, a qual está apresentada a seguir:

(a) Controladora

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nomical)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período	
	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)	
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	7.712	3.900	4.167
Resultado financeiro no período									4.167	
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								7.712	3.900	

(b) Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nominal)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período	
	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)	
PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)										
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	7.712	3.900	4.167
Iluau BBA	09/19			-	-	-	-	-	-	(5.863)
Resultado financeiro no período									(1.696)	
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								7.712	3.900	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	
Ativo circulante	762	347	
Ativo não circulante	6.950	3.553	
	7.712	3.900	
	Controladora	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
No resultado financeiro	4.167	2.719	(1.696)
			2.719

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	901.864	-	901.864	765.638	-	765.638
Contas a receber de clientes	1.481.330	-	1.481.330	1.686.815	-	1.686.815
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	7.712	7.712	-	3.900	3.900
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	747.418	-	747.418	1.049.440	-	1.049.440
	<u>3.130.612</u>	<u>7.712</u>	<u>3.138.324</u>	<u>3.501.893</u>	<u>3.900</u>	<u>3.505.793</u>

	31/12/2019	31/12/2018
	Passivos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.095.856	5.835.083
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.405.831	1.038.083
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	613.803	965.927
	<u>7.115.490</u>	<u>7.839.093</u>

(b) Consolidado

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.252.966	-	1.252.966	1.106.790	-	1.106.790
Títulos e valores mobiliários	-	668.175	668.175	-	586.559	586.559
Contas a receber de clientes	2.069.892	-	2.069.892	1.958.349	-	1.958.349
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	7.712	7.712	-	3.900	3.900
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	838.895	-	838.895	1.118.387	-	1.118.387
	<u>4.161.753</u>	<u>675.887</u>	<u>4.837.640</u>	<u>4.183.526</u>	<u>590.459</u>	<u>4.773.985</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Passivos ao custo amortizado</u>	<u>Passivos ao custo amortizado</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.106.238	5.849.790
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.518.270	1.133.763
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	<u>613.803</u>	<u>965.927</u>
	<u>7.238.311</u>	<u>7.949.480</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	29.455	19.706	40.490	52.551
Bancos conta movimento exterior	38.879	49.059	209.017	170.717
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	<u>833.530</u>	<u>696.873</u>	<u>1.003.459</u>	<u>883.522</u>
	<u>901.864</u>	<u>765.638</u>	<u>1.252.966</u>	<u>1.106.790</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 92,96% (31 de dezembro de 2018 – 99,88%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 97,67% (31 de dezembro de 2018 – 100,39%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2019, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificado de depósito bancário (CDB)	651.823	577.523
Aplicações financeiras no exterior	<u>16.352</u>	<u>9.036</u>
	<u>668.175</u>	<u>586.559</u>

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja variação média é de 97,67% (31 de dezembro de 2018 – 100,39%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Controladora não possui saldos de aplicações financeiras classificados como títulos e valores mobiliários.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes:				
Em moeda nacional	1.181.268	1.187.944	2.074.709	1.747.854
Em moeda estrangeira	83.644	203.923	79.161	313.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(118.569)	(141.908)	(168.058)	(185.964)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.146.343	1.249.959	1.985.812	1.875.069
Contas a receber de partes relacionadas				
Em moeda nacional	267.922	403.075	17.015	49.499
Em moeda estrangeira	67.065	33.781	67.065	33.781
Contas a receber de partes relacionadas	334.987	436.856	84.080	83.280
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>
Ativo circulante	1.396.884	1.669.763	1.938.440	1.894.291
Ativo não circulante	84.446	17.052	131.452	64.058

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$3.252 (R\$4.536 – 31 de dezembro de 2018) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer	1.329.630	1.325.683	1.840.150	1.753.909
Vencidos:				
Até 30 dias	138.042	332.515	201.927	173.611
Entre 31 e 60 dias	11.448	11.896	14.985	5.527
Entre 61 e 90 dias	2.222	-	3.248	2.769
Entre 91 e 180 dias	7.008	293	12.328	5.368
Acima de 181 dias	111.549	158.336	165.312	203.129
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118.569)	(141.908)	(168.058)	(185.964)
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$151.700 na Controladora e R\$229.742 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2018 – R\$361.132 e R\$204.440, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Real	1.333.873	1.453.647	1.926.918	1.615.925
Dólar	145.337	228.741	140.854	337.997
Euro	<u>2.120</u>	<u>4.427</u>	<u>2.120</u>	<u>4.427</u>
	<u>1.481.330</u>	<u>1.686.815</u>	<u>2.069.892</u>	<u>1.958.349</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	(141.908)	(108.544)	(185.964)	(145.526)
(Adições) reversões ao resultado	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Baixas contra clientes	-	1.776	14	2.139
Variação cambial	(228)	(659)	(228)	(659)
Saldo final	<u>(118.569)</u>	<u>(141.908)</u>	<u>(168.058)</u>	<u>(185.964)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante				
Produtos acabados	690.399	775.025	896.320	929.661
Produtos em elaboração	954.477	745.192	974.228	764.214
Matérias-primas	807.542	709.731	1.165.404	1.196.015
Suprimentos e sobressalentes	521.390	533.253	585.850	589.732
Importações em andamento	62.377	327.054	63.086	327.062
Provisão para perdas	(94.092)	(86.172)	(106.900)	(102.837)
Outros	223.910	179.913	217.844	176.788
	<u>3.166.003</u>	<u>3.183.996</u>	<u>3.795.832</u>	<u>3.880.635</u>
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração (i)	-	-	47.766	26.899
	<u>3.166.003</u>	<u>3.183.996</u>	<u>3.843.598</u>	<u>3.907.534</u>

(i) Refere-se a estoque de produtos da controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Controladora	
	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	26.274	13.536	72.683	76.143
COFINS (i)	423.022	102.363	322.859	348.202
ICMS	76.983	30.256	46.360	20.419
IPI	13.783	-	26.595	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.760	-	6.115	-
Outros	9	1.865	3.671	8.004
	541.831	148.020	478.283	452.768
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	46.025	14.060	83.324	76.161
COFINS (i)	513.022	104.793	371.246	348.285
ICMS	135.320	31.463	90.737	21.679
IPI	30.774	-	48.371	-
Crédito Exportação – Reintegra	1.760	-	6.115	-
INSS a recuperar	3.405	-	13.671	-
Outros	743	2.020	4.267	8.159
	731.049	152.336	617.731	454.284

(i) ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 25 (c).

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.821	1.016.711	442.672	1.235.316
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(959)	(345.682)	(150.508)	(420.007)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	143.469	94.034	61.451	88.518
Juros sobre capital próprio recebidos	(38.094)	(26.749)	(12.198)	(12.925)
Juros sobre capital próprio pagos	576	31.378	11.674	37.303
Exclusões (adições) permanentes	(26.664)	23.889	(36.512)	21.077
Créditos fiscais não reconhecidos	132.116	(68.710)	38.979	(113.068)
Incentivo fiscal	-	1.787	7.061	4.030
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	14.072	(11.549)
Tributos sobre o lucro apurados	<u>210.444</u>	<u>(290.053)</u>	<u>(65.981)</u>	<u>(406.621)</u>
Corrente	-	(31.319)	(138.960)	(98.228)
Diferido	<u>210.444</u>	<u>(258.734)</u>	<u>72.979</u>	<u>(308.393)</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>210.444</u>	<u>(290.053)</u>	<u>(65.981)</u>	<u>(406.621)</u>
Imposto de renda	154.758	(212.795)	(44.236)	(302.708)
Contribuição social	<u>55.686</u>	<u>(77.258)</u>	<u>(21.745)</u>	<u>(103.913)</u>
Alíquotas efetivas	-	29%	15%	33%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2019</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.354.187	-	139.984	2.494.171
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.029.191)	-	132.116	(897.075)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	300.523	-	73.119	373.642
Provisão para demandas judiciais	160.595	-	63.039	223.634
Provisão para ajustes de estoque	29.298	-	2.693	31.991
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	212.343	-	4.542	216.885
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.110	180.158	(371.482)	(1.214)
Outros	176.560	-	(58.204)	118.356
Total ativo	<u>2.394.425</u>	<u>180.158</u>	<u>(14.193)</u>	<u>2.560.390</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	11.227	-	(2.358)	8.869
Depreciação fiscal	357.294	-	(23.477)	333.817
Ajuste de imobilizado – IAS 29	55.767	-	(5.737)	50.030
Correção monetária sobre depósitos judiciais	44.073	-	889	44.962
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	191.499	-	(191.499)	-
Resultado nos contratos de swap valor de mercado	110	-	164	274
Outros	8.030	-	(2.619)	5.411
Total passivo	<u>668.000</u>	<u>-</u>	<u>(224.637)</u>	<u>443.363</u>
Total líquido	<u>1.726.425</u>	<u>180.158</u>	<u>210.444</u>	<u>2.117.027</u>

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>Patrimônio líquido/ Resultado abrangente</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>31/12/2019</u>
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.567.127	-	89.718	2.656.845
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.098.130)	-	39.022	(1.059.108)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	307.856	-	71.916	379.772
Provisão para demandas judiciais	201.156	-	54.656	255.812
Provisão para ajustes de estoques	51.501	-	1.519	53.020
Ágio/aquisição de empresas	301.095	-	(3.163)	297.932
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	731.890	-	(4.698)	727.192
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.108	199.291	(371.482)	17.917
Outros	237.553	-	(44.388)	193.165
Total ativo	<u>3.490.156</u>	<u>199.291</u>	<u>(166.900)</u>	<u>3.522.547</u>
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	11.227	-	(2.358)	8.869
Depreciação taxa fiscal	375.187	-	(29.408)	345.779
Ajuste de imobilizado – IAS 29	55.767	-	(5.737)	50.030
Correção monetária sobre depósitos judiciais	48.680	-	1.175	49.855
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	191.499	-	(191.499)	-
Outros	42.440	-	(12.052)	30.388
Total passivo	<u>724.800</u>	<u>-</u>	<u>(239.879)</u>	<u>484.921</u>
Total líquido	<u>2.765.356</u>	<u>199.291</u>	<u>72.979</u>	<u>3.037.626</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$132.116 na Controladora e de R\$39.022 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – constituição de R\$68.710 e R\$113.068, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$897.075 na Controladora e de R\$1.059.108 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – R\$1.029.191 e R\$1.098.130, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	180.545	-	211.258
2020	145.642	200.106	209.918	234.692
2021	208.862	167.353	240.820	206.002
2022	226.083	213.346	260.639	256.513
2023	265.768	241.157	292.542	258.192
2024 até 2026	818.362	713.653	898.352	995.224
2027 até 2029	895.671	900.467	1.000.938	1.328.109
2030 até 2032	800.824	741.468	913.990	797.558
Após 2033 (i)	96.253	65.521	764.456	300.738
Ativo	3.457.465	3.423.616	4.581.655	4.588.286
Créditos fiscais não reconhecidos	(897.075)	(1.029.191)	(1.059.108)	(1.098.130)
Ativo	2.560.390	2.394.425	3.522.547	3.490.156
Passivo	(443.363)	(668.000)	(484.921)	(724.800)
Posição líquida	2.117.027	1.726.425	3.037.626	2.765.356

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda			
Receita (despesa) corrente	(23.007)	(97.919)	(76.399)
Antecipações e compensações do período	23.007	86.755	73.776
	-	(11.164)	(2.623)
Contribuição social			
Receita (despesa) corrente	(8.312)	(40.963)	(21.829)
Antecipações e compensações do período	8.312	37.031	21.153
	-	(3.932)	(676)
Total IR e CSLL a pagar	-	(15.096)	(3.299)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.017	(106.138)	70.879	177.007	(106.138)	70.869
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	152.847	(57.089)	95.758
INSS	66.162	(7.265)	58.897	72.559	(7.265)	65.294
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	10.377	-	10.377	10.115	-	10.115
COFINS	2.544	-	2.544	2.472	-	2.472
Trabalhistas	193.825	-	193.825	180.945	-	180.945
Cíveis	34.821	(16)	34.805	37.736	(16)	37.720
Outras	1.100	-	1.100	2.057	-	2.057
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(97.453)	-	(97.453)
	<u>576.584</u>	<u>(196.892)</u>	<u>379.692</u>	<u>564.669</u>	<u>(196.892)</u>	<u>367.777</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.017	(106.138)	70.879	177.007	(106.138)	70.869
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	158.787	(57.089)	101.698
INSS	75.228	(7.265)	67.963	81.068	(7.265)	73.803
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	11.539	-	11.539	11.257	-	11.257
COFINS	23.130	-	23.130	22.299	-	22.299
Trabalhistas	262.773	-	262.773	249.158	-	249.158
Cíveis	35.883	(16)	35.867	49.995	(16)	49.979
Outras	58.302	-	58.302	41.947	-	41.947
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(97.453)	-	(97.453)
	<u>740.550</u>	<u>(196.892)</u>	<u>543.658</u>	<u>720.449</u>	<u>(196.892)</u>	<u>523.557</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	564.669	713.763	720.449	872.492
Adições	109.141	43.345	157.391	124.757
Juros/atualizações	5.120	10.074	8.322	14.922
Reversões	(102.346)	(105.060)	(145.612)	(194.269)
Provisão para perdas (i)	-	(97.453)	-	(97.453)
Saldo final	576.584	564.669	740.550	720.449

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial (i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucros não realizados nos estoques</u>	<u>Passivo Atuarial</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2019</u>
Controladas								
Mineração Usiminas	2.468.185	-	335.076	(144.014)	-	(1.576)	-	2.657.671
Soluções Usiminas	646.174	-	37.728	(17.921)	30.146	(3.901)	-	692.226
Usiminas Europa	114.768	-	15.017	-	-	-	-	129.785
Usiminas International	39.389	-	9.879	-	-	-	-	49.268
Usiminas Mecânica	279.109	-	(102.135)	-	5.374	(29.289)	-	153.059
UPL	75.441	-	9.305	(3.867)	-	(30)	-	80.849
Outros (ii)	<u>10.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.672</u>	<u>24.721</u>
	3.633.115	-	304.870	(165.802)	35.520	(34.796)	14.672	3.787.579
Controladas em conjunto								
Unigal	593.854	-	122.825	(196.000)	-	(721)	-	519.958
Usiroll	<u>10.113</u>	<u>-</u>	<u>1.912</u>	<u>(1.000)</u>	<u>-</u>	<u>(333)</u>	<u>-</u>	<u>10.692</u>
	603.967	-	124.737	(197.000)	-	(1.054)	-	530.650
Coligadas								
Codeme (iii)	12.778	16.000	(8.163)	-	-	-	-	20.615
MRS	<u>10.740</u>	<u>-</u>	<u>1.407</u>	<u>(346)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>11.797</u>
	<u>23.518</u>	<u>16.000</u>	<u>(6.756)</u>	<u>(346)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>32.412</u>
	<u>4.260.600</u>	<u>16.000</u>	<u>422.851</u>	<u>(363.148)</u>	<u>35.520</u>	<u>(35.854)</u>	<u>14.672</u>	<u>4.350.641</u>

- (i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$457.489, quando comparado à receita de R\$422.851 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R\$882 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R\$35.520 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) no montante de R\$16.731 que, líquida da amortização do direito minerário de R\$2.059, totalizou R\$14.672. Essa reversão é referente a preço de aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A. alocado em direitos minerários.
- (iii) A adição do período refere-se a aumento de capital na Codeme S.A. sem alteração no percentual de participação societária da Companhia.

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Passivo atuarial</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2019</u>
Controladas em conjunto							
Modal	2.626	-	2.302	(2.379)	-	-	2.549
Unigal	593.854	-	122.825	(196.000)	(721)	-	519.958
Usiroll	10.113	-	1.912	(1.000)	(333)	-	10.692
Ágio em controladas em conjunto (i)	<u>7.736</u>	<u>(3.068)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.668</u>
	614.329	(3.068)	127.039	(199.379)	(1.054)	-	537.867
Coligadas							
Codeme (ii)	12.778	16.000	(8.163)	-	-	-	20.615
MRS	438.761	-	57.491	(14.140)	(182)	-	481.930
Terminal Paraopeba	891	44	(15)	-	-	-	920
Terminal Sarzedo	1.558	(18)	4.444	(3.855)	-	10	2.139
Outros	2.528	-	(61)	-	-	-	2.467
Ágio em coligadas	<u>17.249</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.049)</u>	<u>7.200</u>
	<u>473.765</u>	<u>16.026</u>	<u>53.696</u>	<u>(17.995)</u>	<u>(182)</u>	<u>(10.039)</u>	<u>515.271</u>
	<u>1.088.094</u>	<u>12.958</u>	<u>180.735</u>	<u>(217.374)</u>	<u>(1.236)</u>	<u>(10.039)</u>	<u>1.053.138</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$3.068, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.
- (ii) A adição do período refere-se a aumento de capital na Codeme S.A. sem alteração no percentual de participação societária da Companhia.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2019:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	271.235	195.862	75.373	91.464	15.483	30,77%
MRS (i)	Brasil	10.724.750	6.502.344	4.222.406	3.200.809	503.688	11,41%

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2019			31/12/2018		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.538	40.778	5.718	2.680	54.186	3.845
Contas a receber	869	65.896	3.605	785	93.295	3.019
Estoques	-	42.232	481	-	49.031	531
Impostos a recuperar	-	10.353	-	-	78.961	-
Outros	8	(238)	95	8	363	42
Total do ativo circulante	3.415	159.021	9.899	3.473	275.836	7.437
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	3.465	317	-	2.705	-
Imobilizado	2.385	840.560	13.405	2.446	860.767	13.942
Intangível	-	391	4	-	133	7
Total do ativo não circulante	2.385	844.416	13.726	2.446	863.605	13.949
Total do ativo	5.800	1.003.437	23.625	5.919	1.139.441	21.386
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	25	-	-	37	-
Fornecedores	123	18.954	196	113	11.282	237
Contingências	-	2.546	-	-	1.377	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	212.533	-	-	196.419	-
Outros	580	19.117	2.045	554	68.613	923
Patrimônio líquido	5.097	750.262	21.384	5.252	861.713	20.226
Total do passivo e patrimônio líquido	5.800	1.003.437	23.625	5.919	1.139.441	21.386

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	8.951	318.655	17.286	9.355	467.508	12.961
Custo produtos e serviços vendidos	(3.333)	(109.879)	(9.539)	(2.912)	(104.990)	(6.353)
Receitas (despesas) operacionais	(87)	1.197	(2.183)	(37)	28.358	(1.537)
Receitas (despesas) financeiras	121	19.323	310	124	38.047	289
Provisão IRPJ e CSLL	(1.048)	(59.721)	(2.051)	(1.097)	(124.880)	(1.934)
Lucro líquido do exercício	4.604	169.575	3.823	5.433	304.043	3.426

16 Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.069.429	(1.323.470)	745.959	2.068.343	(1.279.908)	788.435
Máquinas e equipamentos	5	21.024.823	(13.592.823)	7.432.000	21.005.476	(12.927.316)	8.078.160
Instalações	4	946.461	(318.382)	628.079	933.009	(276.725)	656.284
Móveis e utensílios	18	53.508	(45.259)	8.249	50.018	(42.622)	7.396
Equipamentos de informática	22	206.163	(179.571)	26.592	190.729	(174.767)	15.962
Veículos	14	34.809	(34.752)	57	36.915	(36.773)	142
Ferramentas e aparelhos	19	207.024	(186.279)	20.745	196.204	(179.898)	16.306
Direito de Uso		45.536	(14.964)	30.572	-	-	-
Impairment (i)		-	-	-	(428.974)	-	(428.974)
		<u>24.587.753</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>8.892.253</u>	<u>24.051.720</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>9.133.711</u>
Terrenos		<u>274.985</u>	<u>-</u>	<u>274.985</u>	<u>395.279</u>	<u>-</u>	<u>395.279</u>
Total em operação		<u>24.862.738</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.167.238</u>	<u>24.446.999</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>9.528.990</u>
Em obras							
Obras em andamento		511.963	-	511.963	559.185	-	559.185
Imobilizado em processamento		79.431	-	79.431	65.642	-	65.642
Importações em andamento		21.570	-	21.570	8.705	-	8.705
Adiantamentos a fornecedores		22.220	-	22.220	79	-	79
Encargos de empréstimos capitalizados		13.865	-	13.865	5.763	-	5.763
Outros		<u>76.026</u>	<u>-</u>	<u>76.026</u>	<u>79.860</u>	<u>-</u>	<u>79.860</u>
Total em obras		<u>725.075</u>	<u>-</u>	<u>725.075</u>	<u>719.234</u>	<u>-</u>	<u>719.234</u>
		<u>25.587.813</u>	<u>(15.695.500)</u>	<u>9.892.313</u>	<u>25.166.233</u>	<u>(14.918.009)</u>	<u>10.248.224</u>

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.447.607	(1.533.595)	914.012	2.425.207	(1.478.765)	946.442
Máquinas e equipamentos	5	22.276.241	(14.509.944)	7.766.297	22.253.705	(13.793.117)	8.460.588
Instalações	4	1.683.791	(728.958)	954.833	1.659.877	(625.487)	1.034.390
Móveis e utensílios	18	70.030	(59.776)	10.254	66.647	(56.825)	9.822
Equipamentos de informática	22	250.295	(218.143)	32.152	233.090	(210.848)	22.242
Veículos	14	49.915	(49.851)	64	55.658	(55.484)	174
Ferramentas e aparelhos	19	238.549	(206.889)	31.660	226.351	(197.719)	28.632
Direito de Uso		129.411	(23.087)	106.324	-	-	-
Impairment (i)		(72.503)	-	(72.503)	(528.270)	-	(528.270)
Outros		129.438	(9.533)	119.905	120.718	(7.364)	113.354
		<u>27.202.774</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>9.862.998</u>	<u>26.512.983</u>	<u>(16.425.609)</u>	<u>10.087.374</u>
Terrenos		654.118	-	654.118	774.412	-	774.412
Total em operação		<u>27.856.892</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>10.517.116</u>	<u>27.287.395</u>	<u>(16.425.609)</u>	<u>10.861.786</u>
Em obras							
Obras em andamento		707.843	-	707.843	723.334	-	723.334
Imobilizado em processamento		107.112	-	107.112	80.248	-	80.248
Importações em andamento		21.599	-	21.599	8.738	-	8.738
Adiantamentos a fornecedores		30.790	-	30.790	386	-	386
Encargos de empréstimos capitalizados		14.755	-	14.755	5.763	-	5.763
Impairment (i)		(56.873)	-	(56.873)	(46.839)	-	(46.839)
Outros		82.349	-	82.349	81.606	-	81.606
Total em obras		<u>907.575</u>	<u>-</u>	<u>907.575</u>	<u>853.236</u>	<u>-</u>	<u>853.236</u>
		<u>28.764.467</u>	<u>(17.339.776)</u>	<u>11.424.691</u>	<u>28.140.631</u>	<u>(16.425.609)</u>	<u>11.715.022</u>

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora									
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	-	(428.974)	23.500	10.248.224
Adições (i)	2.287	29.342	3.738	364	-	479.803	-	-	180	515.714
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	45.536	-	-	45.536
Baixas	-	(1.661)	-	(26)	(3)	(65)	-	-	-	(1.755)
Depreciação	(43.664)	(693.266)	(41.657)	(6.457)	-	-	(14.964)	-	(7.553)	(807.561)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	5	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	10.558	-	(149.946)	-	-	18.771	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	-	(120.291)
Outros	-	940	-	-	-	(2.354)	-	-	(5)	(1.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	745.959	7.432.000	628.079	20.745	274.985	725.075	30.572	-	34.898	9.892.313

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$515.714.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora								
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	-	18.941	11.192.811
Adições (i)	3.029	15.550	2.411	4	-	315.935	-	338	337.267
Baixas	-	(6.577)	-	(16)	(24.271)	(3.166)	-	-	(34.030)
Depreciação	(43.462)	(726.933)	(43.797)	(6.998)	-	-	-	(10.657)	(831.847)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(428.974)	-	(428.974)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	-	14.878	-
Outros	-	939	935	-	-	5.360	-	-	7.234
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	(428.974)	23.500	10.248.224

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$337.267.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

Consolidado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>946.442</u>	<u>8.460.588</u>	<u>1.034.390</u>	<u>28.632</u>	<u>774.412</u>	<u>900.075</u>	<u>-</u>	<u>(575.109)</u>	<u>145.592</u>	<u>11.715.022</u>
Adições (i)	2.539	34.966	3.738	364	-	604.420	-	-	8.929	654.956
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	129.411	-	-	129.411
Baixas	(1.205)	(2.102)	(1)	(39)	(3)	(65)	-	-	(39)	(3.454)
Depreciação	(57.758)	(772.514)	(104.050)	(9.343)	-	-	(23.087)	16.759	(13.514)	(963.507)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	13.865	-	-	-	13.865
Impairment (iii)	-	(93.517)	-	-	-	(335.462)	-	428.974	5	-
Transferências	(1.099)	112.002	9.714	11.458	-	(151.041)	-	-	18.966	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(120.291)	-	-	-	-	(120.291)
Outros	<u>25.093</u>	<u>26.874</u>	<u>11.042</u>	<u>588</u>	<u>-</u>	<u>(67.344)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.436</u>	<u>(1.311)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>914.012</u>	<u>7.766.297</u>	<u>954.833</u>	<u>31.660</u>	<u>654.118</u>	<u>964.448</u>	<u>106.324</u>	<u>(129.376)</u>	<u>162.375</u>	<u>11.424.691</u>

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$646.236.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

								Consolidado	
	Edifica- ções	Máquinas e equipa- mentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Impairment	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	851.449	(7.224)	115.164	12.882.618
Adições (i)	3.121	30.437	2.503	52	150	367.971	-	30.094	434.328
Baixas	(536)	(10.433)	(209)	(276)	(24.271)	(3.175)	-	(98)	(38.998)
Depreciação	(60.400)	(805.658)	(107.947)	(9.786)	-	-	-	(16.287)	(1.000.078)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(567.885)	-	(567.885)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	-	14.878	-
Outros	690	16.509	16.200	1.019	198	(37.183)	-	1.841	(726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	946.442	8.460.588	1.034.390	28.632	774.412	900.075	(575.109)	145.592	11.715.022

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$405.141.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2019, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na reforma geral da caldeira 130/2 e na construção do novo gasômetro, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$910.386, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$13.865 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2019, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$585.085, R\$212.500, R\$2.997 e R\$6.979 (31 de dezembro de 2018 – R\$557.163, R\$262.349, R\$3.067 e R\$9.268), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Outras receitas (despesas) operacionais”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$708.673, R\$240.130, R\$4.105 e R\$10.599 (31 de dezembro de 2018 - R\$674.185, R\$307.884, R\$4.093 e R\$13.916), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 40).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (Nota 28).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. Estimamos que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,49% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 12,57% e 12,83% a.a.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística	11.868	14.936
Transformação do aço	2.433	2.433
	14.301	17.369

Em 31 de dezembro de 2019, como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes perdas por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística	-	(3.068)	(6.465)
Siderurgia	(110.343)	-	(110.343)
	(110.343)	(3.068)	(116.808)

As unidades de Siderurgia e de Bens de Capital não possuíam ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mineração e logística				
Estoque	-	-	-	74.548
Direitos minerários	-	-	-	131.518
Siderurgia				
Investimentos (i)	16.731	10.049	-	10.049
Imobilizado	-	(428.974)	-	(428.974)
Propriedades para investimento	(30.089)	-	(30.089)	-
Intangível (i)	-	-	16.731	-
Bens de capital				
Intangível	-	-	-	(4.209)
Imobilizado	-	-	-	(138.911)
	<u>(13.358)</u>	<u>(418.925)</u>	<u>(13.358)</u>	<u>(355.979)</u>

(i) Na Controladora, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$16.731 refere-se a valor pago na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível.

Os ativos de longo prazo da unidade de Transformação do Aço foram revisados, não sendo verificado indicadores de *impairment*.

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,74% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD62,00/t e USD65,00/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a perda por *impairment* remanescente no valor de R\$1.422.988 (R\$54.464 nos estoques e R\$1.368.524 em direitos minerários), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$3.068 (31 de dezembro de 2018 – R\$6.465) relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto, Modal.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

O valor em uso do segmento Siderurgia foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro.

A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos de matérias primas atrelados ao dólar, diminuíram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$30.089, correspondente à perda em propriedades para investimento e reversão de *impairment* de de R\$16.731 correspondente ao ativo intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$539.317, correspondente à perda no imobilizado de R\$428.974 e ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora no valor de R\$110.343.

A perda no imobilizado no valor de R\$428.974, mencionada acima, foi integralmente alocada em imobilizado em obras e máquinas e equipamentos cujos projetos e utilização foram descontinuados pela companhia.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2020, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(e) Testes de *impairment* do segmento bens de capital

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a perda por *impairment* remanescente no valor de R\$132.381 (R\$3.005 no intangível e R\$129.376 no imobilizado), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento no valor de R\$143.120, sendo R\$138.911 referente à totalidade do saldo do imobilizado e R\$4.209 sobre a totalidade do intangível, reflexo da forte retração do mercado de bens de capital que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a companhia.

Os ativos de longo prazo da unidade de Bens de Capital foram revisados, com projeções e premissas atualizados, cujo resultado não indicou reversão de *impairment*.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

18 Intangível

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	31	254.145	(213.071)	41.074	242.080	(192.748)	49.332
Intangível em processamento	-	49.281	-	49.281	29.011	-	29.011
		<u>303.426</u>	<u>(213.071)</u>	<u>90.355</u>	<u>271.091</u>	<u>(192.748)</u>	<u>78.343</u>
		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	31	317.803	(268.410)	49.393	337.003	(278.193)	58.810
Ágio	-	2.433	-	2.433	2.433	-	2.433
Direitos Minerários (i)	-	2.176.535	(96.217)	2.080.318	2.168.545	(82.985)	2.085.560
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.457.058)	-	(1.457.058)	(1.482.998)	-	(1.482.998)
Outros	-	55.171	(3.335)	51.836	42.915	(11.124)	31.791
		<u>1.094.884</u>	<u>(367.962)</u>	<u>726.922</u>	<u>1.067.898</u>	<u>(372.302)</u>	<u>695.596</u>

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$2,19 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		
	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	49.332	29.011	78.343
Adições	855	31.021	31.876
Transferências	11.210	(11.210)	-
Amortização	(20.323)	-	(20.323)
Outros	-	459	459
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Custo total	254.145	49.281	303.426
Amortização acumulada	(213.071)	-	(213.071)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Taxas anuais de amortização %	31	-	-

(i) Refere-se a *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Adições	-	-	25.440	25.440
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	(110.343)	-	-	(110.343)
Transferências	-	(741)	741	-
Amortização	-	(22.201)	-	(22.201)
Outros	-	-	(1.219)	(1.219)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Custo total	-	242.080	29.011	271.091
Amortização acumulada	-	(192.748)	-	(192.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Taxas anuais de amortização %	-	32	-	-

(i) Refere-se a *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Adições	-	-	2.852	32.363	35.215
Transferências	-	-	11.637	(11.637)	-
Amortização	(4.023)	-	(23.115)	(1.140)	(28.278)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	16.731	-	-	-	16.731
Outros	7.990	-	(791)	459	7.658
Saldos em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Custo total	719.477	2.433	317.803	55.171	1.094.884
Amortização acumulada	(96.217)	-	(268.410)	(3.335)	(367.962)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Taxas anuais de amortização %	-	-	31	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$2,19 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

(ii) Refere-se a reversão de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Adições	-	-	2.502	25.880	28.382
Transferências	-	-	(615)	615	-
Amortização	(2.426)	-	(25.891)	(1.140)	(29.457)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	131.518	(110.343)	(4.209)	-	16.966
Outros	-	-	3.734	(1.219)	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Custo total	685.547	2.433	337.003	42.915	1.067.898
Amortização acumulada	(82.985)	-	(278.193)	(11.124)	(372.302)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Taxas anuais de amortização %	-	-	32	-	-

(i) Refere-se a reversão (constituição) de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$217 e R\$20.106 (31 de dezembro de 2018 - R\$260 em “Custos das vendas” e R\$21.941 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$5.653, R\$57 e R\$22.568 (31 de dezembro de 2018 - R\$4.452, R\$57 e R\$24.948), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da Controladora uma reversão de *impairment* no valor de R\$16.731 (31 de dezembro de 2018 – R\$131.518 na controlada Mineração Usiminas), conforme Nota 17 (b) (ii).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No país	966.044	677.663	1.194.580	786.660
No exterior	56.256	27.126	69.178	50.641
Valores a pagar a empresas ligadas	383.531	333.294	254.512	296.462
	<u>1.405.831</u>	<u>1.038.083</u>	<u>1.518.270</u>	<u>1.133.763</u>

20 Empréstimos e financiamentos

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	-	-	26.888	306.493
BNDDES	R\$	2025	TJLP	-	-	279	3.242
FINAME	R\$	2020 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	4.233	11.930	4.298	16.122
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	177.991	2.051.333
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.515	37.845	8.334	43.418
Bradesco	R\$	2023	CDI + 3% a.a.	-	-	39.190	451.095
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	48.321	556.209
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(321)	(850)	(12.728)	(48.124)
				<u>12.427</u>	<u>48.925</u>	<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	1.711	19.699
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	10.070	115.943
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	-	-	14.113	164.448
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	-	-	37.537	439.680
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	-	-	37.779	439.672
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	79.921	3.023.025	-	-
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(74.709)	(1.657)	(6.293)
				<u>79.921</u>	<u>2.948.316</u>	<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>
Em moeda nacional				<u>12.427</u>	<u>48.925</u>	<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>
				<u>92.348</u>	<u>2.997.241</u>	<u>392.126</u>	<u>4.552.937</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	-	-	26.888	306.493
BNDDES	R\$	2025	TJLP	-	-	279	3.242
FINAME	R\$	2020 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	5.511	12.569	6.263	18.034
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	177.991	2.051.333
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.515	37.845	8.334	43.418
Bradesco	R\$	2023	CDI + 3% a.a.	-	-	39.190	451.095
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	-	-	48.321	556.209
Outros	-	-	-	2.690	5.268	2.708	8.122
Comissões e outros custos	-	-	-	(321)	(850)	(12.728)	(48.124)
				<u>16.395</u>	<u>54.832</u>	<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2019		31/12/2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	1.711	19.699
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	-	-	10.070	115.943
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	-	-	14.113	164.448
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	-	-	37.537	439.680
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	-	-	37.779	439.672
Bonds	US\$	2026	5,875% a.a.	79.921	3.023.025	-	-
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(74.202)	(1.657)	(6.293)
				<u>79.921</u>	<u>2.948.823</u>	<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>
Em moeda nacional				<u>16.395</u>	<u>54.832</u>	<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>
				<u>96.316</u>	<u>3.003.655</u>	<u>396.799</u>	<u>4.562.971</u>

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	346.521	-	350.649
2021	9.865	649.990	13.013	653.137
2022	10.002	939.551	12.732	942.281
2023	10.304	939.853	10.329	939.878
2024	9.799	939.348	9.803	939.352
2025 e 2026	<u>2.957.271</u>	<u>737.674</u>	<u>2.957.778</u>	<u>737.674</u>
	<u>2.997.241</u>	<u>4.552.937</u>	<u>3.003.655</u>	<u>4.562.971</u>

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	4.945.063	5.075.898	4.959.770	5.686.414
Ingressos de empréstimos e financiamentos (i)	2.861.018	-	2.811.557	-
Juros provisionados	317.700	329.072	318.326	331.627
Variação monetária	54.470	96.115	54.719	96.274
Variação cambial	178.648	185.818	228.109	170.875
Amortizações de encargos	(308.077)	(427.460)	(308.983)	(448.987)
Amortizações/baixas de principal (i)	(4.952.154)	(328.812)	(4.956.955)	(890.865)
Diferimento de comissões	(7.079)	14.432	(6.572)	14.432
Saldo final	3.089.589	4.945.063	3.099.971	4.959.770

(i) Refere-se, substancialmente, à renegociação de dívidas conforme demonstrado na Nota 20.5.

20.4 Covenants

(a) Das debêntures e dos Bonds

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada:

(i) Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o seguinte índice, conforme demonstrado a seguir:

Indicador	Índice contratado	Índice apurado
Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5	1,6

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

20.5 Renegociação de dívidas

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Durante o exercício de 2019, na Controladora e no Consolidado, foi amortizado/baixado o montante de R\$4.632.140 referente à empréstimos e financiamentos renegociados junto a esses credores.

21 Debêntures

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Essa operação compõe a renegociação de dívidas da Companhia, conforme mencionado na Nota 20.5.

Durante o exercício de 2019, na Controladora e no Consolidado, foi amortizado/baixado o montante de R\$836.954 referente à renegociação das debêntures.

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	890.020	949.365
Ingressos	2.000.000	-
Encargos provisionados	51.060	69.686
Variação monetária	14.169	15.827
Amortização de encargos	(55.433)	(84.517)
Amortização de principal (i)	(893.549)	(60.341)
Saldo final (ii)	2.006.267	890.020
Passivo circulante	25.017	70.237
Passivo não circulante	1.981.250	819.783

- (i) Refere-se, substancialmente, à renegociação de dívidas conforme demonstrado na Nota 20.5.
(ii) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$18.750 (31 de dezembro de 2018 - R\$6.467), referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$25.017 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2018 - R\$1.589).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	61.769
2021	-	116.769
2022	-	169.269
2023	693.438	169.269
2024	643.906	169.269
2025	643.906	133.438
	<u>1.981.250</u>	<u>819.783</u>

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	27.693	52.633	32.769	57.499
IPI	27.403	23.664	29.424	27.127
IRRF	9.144	20.044	11.315	21.787
ISS	1.876	1.612	5.905	4.050
PIS e COFINS	2.726	1.965	5.192	3.395
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	11.119	5.869
Outros	1.169	1.233	3.873	3.186
	70.011	101.151	99.597	122.913

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.391	(100.079)	4.312	104.257	(100.079)	4.178
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	201.204	(196.892)	4.312	201.070	(196.892)	4.178

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.391	(100.079)	4.312	104.257	(100.079)	4.178
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
PERT	2	-	2	2	-	2
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	201.206	(196.892)	4.314	201.072	(196.892)	4.180

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial (i)	201.070	204.518	201.072	217.386
Adições	-	-	-	3
Provisão (reversão) de juros	134	179	134	179
Liquidação com a utilização de prejuízos fiscais (ii)	-	-	-	(12.868)
Compensação com precatório – Lei 11.941	-	(3.627)	-	(3.627)
Amortização de principal	-	(131)	-	(132)
Recuperação de crédito	-	131	-	131
Subtotal	201.204	201.070	201.206	201.072
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(196.892)	(196.892)	(196.892)
Saldo final	4.312	4.178	4.314	4.180

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2018 – R\$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

(ii) Liquidação com base em adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Em 31 de dezembro de 2019, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24 Passivos de arrendamento

Para a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de 7,34% a.a. e 10,53% a.a..

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	45.536	87.298
Adições por novos arrendamentos	-	42.112
Pagamentos	(17.096)	(25.907)
Juros	3.367	5.767
Saldo final	<u>31.807</u>	<u>109.270</u>
Circulante	12.514	33.328
Não circulante	<u>19.293</u>	<u>75.942</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos	13.707	12.226	11.124	37.057
Ajuste a valor presente	(2.222)	(1.496)	(1.532)	(5.250)
	<u>11.485</u>	<u>10.730</u>	<u>9.592</u>	<u>31.807</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>
Contratos de arrendamentos	38.499	38.695	52.217	129.411
Ajuste a valor presente	(8.004)	(6.244)	(5.893)	(20.141)
	<u>30.495</u>	<u>32.451</u>	<u>46.324</u>	<u>109.270</u>

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	33.629	28.865	117.441	99.163
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.428	2.942	11.970	10.107
	<u>37.057</u>	<u>31.807</u>	<u>129.411</u>	<u>109.270</u>

25 Provisão para demandas judiciais

Controladora						
	31/12/2019			31/12/2018		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
ICMS	52.385	-	52.385	50.581	-	50.581
Trabalhistas	460.002	(145.080)	314.922	361.516	(123.414)	238.102
Cíveis	146.931	(19.432)	127.499	62.009	(28.453)	33.556
	659.318	(164.512)	494.806	474.106	(151.867)	322.239

Consolidado						
	31/12/2019			31/12/2018		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	57	(57)	-	54	(54)	-
ICMS	53.444	(1.234)	52.210	67.269	(1.194)	66.075
PIS/COFINS	2.009	-	2.009	1.927	-	1.927
Trabalhistas	556.585	(200.861)	355.724	460.227	(175.995)	284.232
Cíveis	157.620	(35.584)	122.036	78.650	(44.453)	34.197
Outras	7.671	(2.699)	4.972	27.424	(21.435)	5.989
	777.386	(240.435)	536.951	635.551	(243.131)	392.420

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	474.106	481.924	635.551	668.964
Adições	246.742	223.764	294.430	235.244
Juros/atualizações	156.073	98.082	176.634	109.787
Amortizações/baixas	(111.409)	(219.134)	(143.867)	(254.668)
Reversões de principal	(51.557)	(68.236)	(92.509)	(84.426)
Reversões de juros	(54.637)	(42.294)	(57.738)	(43.438)
Transferências entre circulante e não circulante	-	-	(35.115)	4.088
Saldo final	<u>659.318</u>	<u>474.106</u>	<u>777.386</u>	<u>635.551</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2019 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

		31/12/2019	31/12/2018
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	133.041	50.502
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	298.882	296.218
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	8.105	12.368
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	3.920	14.467
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	117.829	11.668
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores	45.566	43.884
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	17.078	23.506
Outras ações de natureza trabalhista.	-	28.079	14.796
Outras ações de natureza tributária.	-	6.818	6.697
		659.318	474.106

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

		31/12/2019	31/12/2018
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	1.059	16.688
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	62.628	61.399
Outras ações de natureza cível.	-	7.403	8.693
Outras ações de natureza tributária.	-	9.365	10.453
		80.455	97.233
		31/12/2019	31/12/2018
Provisões da Controladora		659.318	474.106
Provisões da Soluções Usiminas		80.455	97.233
Provisões das demais empresas		37.613	64.212
Total do Consolidado		777.386	635.551

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	95.577	93.680
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	42.398	41.698
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	48.071	41.573
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.251.279	1.216.891
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	54.437	53.109
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei nº 11.941/09.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	-	96.741
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.993	40.305
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	644.131	625.856
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	47.620	48.340
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais, saúde e segurança do trabalho.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	50.981	50.016
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	315.085	306.624

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS/RS.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores	109.538	105.427
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	115.433
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoeletrica (industrialização por transformação).	Encerrada esfera administrativa e iniciada discussão judicial	62.701	60.187
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	33.159	32.226
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	539.686	372.344
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	279.147	276.608
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	-	57.414
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	-	51.847
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	466.716	86.925
Manifestações de Inconformidades apresentadas em face de Despacho Decisório que reconheceram apenas parcialmente o direito creditório advindo de ação judicial transitada em julgada que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	1.111.807	-
ICMS - Execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança do débito, decorrente da indicação da Zona Franca de Manaus como destino de mercadorias sem a respectiva comprovação do seu internamento na área incentivada.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	47.285	-
Auto de infração lavrado para cobrança de multa de um por cento sobre o valor aduaneiro da mercadoria, prevista no art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35/01 c/c art. 69, § 1º, da Lei nº 10.833/03 e no art. 711, inciso III, do Regulamento Aduaneiro	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	24.761	-
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha referente ao imóvel onde está localizado o porto de Praia Mole/ES	Processo em fase de realização de perícia.	41.555	34.753
Ação solicitado reajuste de contrato anual pactuado e os pagamentos devidos.	-	31.485	-
Ação solicitado reajuste de contrato anual pactuado e os pagamentos devidos.	-	14.411	-
Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, que objetiva a cobrança de créditos tributários referentes à inscrição em dívida ativa aplicada pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB.	-	13.987	-
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	89.229	136.226
Outras ações de natureza trabalhista.	-	65.655	43.048
Outras ações de natureza tributária.	-	427.006	686.869
		6.064.133	4.674.140

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	719.962	661.686
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	627.647	557.636
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	129.246	115.264
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	14.980	13.240
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	166.353	96.629
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	40.532	37.022
Outras ações de natureza tributária.	-	27.122	25.981
		1.725.842	1.507.458

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	17.617	16.943
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	150.847	100.966
Outras ações de natureza tributária.	-	80.815	76.373
Outras ações de natureza cível.	-	14.434	14.056
		<u>263.713</u>	<u>208.338</u>

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
		Saldo	Saldo
Procedimento arbitral, por meio da qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu-MG.	Perícia realizada e manifestação das partes sobre laudos.	-	11.269
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	37.663	36.081
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	29.962	-
Outras ações de natureza cível.	-	12.728	17.916
Outras ações de natureza trabalhista.	-	6.014	10.069
Outras ações de natureza tributária.	-	3.923	12.045
		<u>90.290</u>	<u>87.380</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências da Controladora	6.064.133	4.674.140
Contingências da Usiminas Mecânica	1.725.842	1.507.458
Contingências da Soluções Usiminas	263.713	208.338
Contingências da Mineração Usiminas	90.290	87.380
Contingências das demais empresas	<u>23.897</u>	<u>23.117</u>
Total do Consolidado	<u>8.167.875</u>	<u>6.500.433</u>

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2019:

(i) Empréstimo compulsório - Eletrobras

A Companhia figura como parte ativa no processo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobras, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

O processo referente à filial de Cubatão, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$868.195, teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 25 de novembro de 2019, a 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$305.848 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobras requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 30 de agosto de 2019. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no ativo circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$117.337 e R\$188.511, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia continua pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobras.

O processo referente à filial de Ipatinga, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$1.387.296, teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 19 de dezembro de 2018, a 2ª Vara Federal do Distrito Federal emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$676.023 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobras requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 1º de julho de 2016. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Valores a receber - Eletrobras”, no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$186.010 e R\$490.013, respectivamente. Em 16 de outubro de 2019, a Companhia recebeu da Eletrobras este valor que, atualizado monetariamente, totalizou R\$751.404. Adicionalmente, a Companhia continua pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobras.

(ii) PIS e COFINS - Importação

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R\$794.104 foram compensados até 31 de dezembro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não realizou compensações.

(iii) ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2018, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2010 pela Companhia, sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente ao período de junho de 2005 a dezembro de 2014, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$789.160 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$364.815 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$410.932 e R\$378.228, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$803.249 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$378.904 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$418.744 e R\$384.505, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou compensações nos montantes de R\$425.255 na Controladora e R\$445.533 no Consolidado.

No exercício de 2019, houve trânsito em julgado de outras ações judiciais da Companhia, suas controladas Usiminas Mecânica S.A. e Mineração Usiminas S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que também questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente a períodos diversos desde novembro de 2001, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$115.899 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica “Impostos a recuperar” no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$63.266 e R\$52.633, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$156.561 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$37.782 no ativo circulante e R\$118.779 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$ 86.860 e R\$69.702, respectivamente.

26 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$231.591 (31 de dezembro de 2018 – R\$203.707).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

27 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	815.365	546.681	828.332	546.681
Benefícios de saúde pós-emprego	702.997	487.159	746.464	487.547
	<u>1.518.362</u>	<u>1.033.840</u>	<u>1.574.796</u>	<u>1.034.228</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Notas 33 (b) e 34)				
Benefícios de planos de aposentadoria	(41.738)	(53.957)	(41.738)	(53.957)
Benefícios de saúde pós-emprego	(44.169)	(37.960)	(44.005)	(37.960)
	<u>(85.907)</u>	<u>(91.917)</u>	<u>(85.743)</u>	<u>(91.917)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(660.118)	(309.014)	(662.557)	(309.031)
Aumento (redução) devido ao efeito de combinação de negócios / desinvestimento / transferência	34.165	-	34.165	-
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	240.386	249.865	240.386	249.865
	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>(385.567)</u>	<u>(59.149)</u>	<u>(388.006)</u>	<u>(59.166)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total da Controladora inclui o valor de R\$35.852 (31 de dezembro de 2018 – \$137) e do consolidado inclui o valor de R\$2.439 (31 de dezembro de 2018 – R\$17) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber o seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

27.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$705.618 (31 de dezembro de 2018- R\$550.748).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

A Companhia ajuizou Tutela Cautelar Antecedente, requerendo a suspensão, junto à Previdência Usiminas, da exigibilidade de pagamento das parcelas mensais previstas no Instrumento Particular de Confissão de Dívida, o qual tinha por objeto o programa de amortização da insuficiência de reservas do Plano de Benefícios PB1, bem como que a Previdência se abstenha de promover a reversão dos valores alocados nos Fundos Previdenciais constituídos em 2016, 2017 e 2018, até o julgamento da lide principal. A tutela requerida foi integralmente deferida, encontrando-se suspensa a exigibilidade de pagamento das parcelas previstas. A Companhia aguarda o julgamento da lide principal, cujo objeto é a revisão do programa de amortização da insuficiência das reservas do Plano de Benefícios PB1, uma vez que o referido Plano possui condição superavitária. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de negociação com a Previdência Usiminas, buscando uma solução definitiva para o tema.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 172 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$146.058 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

27.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado					
31/12/2019					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)	(8.001.164)
Valor justo dos ativos	5.677.901	1.637.148	1.125.747	24.658	8.465.454
	<u>943.965</u>	<u>(368.897)</u>	<u>(133.720)</u>	<u>22.942</u>	<u>464.290</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.280.686)	-	23.587	(22.556)	(1.279.655)
	<u>(336.721)</u>	<u>(368.897)</u>	<u>(110.133)</u>	<u>386</u>	<u>(815.365)</u>

Controladora e Consolidado					
31/12/2018					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)
Valor justo dos ativos	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066
	<u>1.034.722</u>	<u>(149.948)</u>	<u>46.087</u>	<u>25.889</u>	<u>956.750</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.034.722)	-	(42.585)	(25.324)	(1.102.631)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(400.800)	-	-	-	(400.800)
	<u>(400.800)</u>	<u>(149.948)</u>	<u>3.502</u>	<u>565</u>	<u>(546.681)</u>

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$41.721 (31 de dezembro de 2018 – R\$59.941).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(6.740.316)	(6.225.952)
Custo do serviço corrente	(713)	(591)
Custo dos juros	(602.939)	(587.060)
Benefícios pagos	557.656	540.953
Ganhos (perdas) atuariais	(1.214.852)	(467.666)
	<u>(8.001.164)</u>	<u>(6.740.316)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	7.697.066	7.290.766
Retorno esperado dos ativos	1.153.433	760.665
Contribuições reais durante o ano	120.846	186.588
Benefícios pagos	(557.656)	(540.953)
Ganhos (perdas) atuariais	51.765	-
Saldo final	<u>8.465.454</u>	<u>7.697.066</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço corrente	(713)	(591)
Custo dos juros	(742.869)	(755.404)
Retorno esperado dos ativos	701.844	702.038
	<u>(41.738)</u>	<u>(53.957)</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” e no “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2020 totalizam R\$17.949.

Premissas Atuariais

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	(i)	(i)
Taxa de inflação	3,60%	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	6,92%	9,31%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV	7,12%	9,41%
Retorno esperado sobre os ativos – COSIPREV	6,4%	8,99%
Crescimentos salariais futuros	De 1,10% a 2,90%	De 1,66% a 3,04%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	3,60%	4,30%

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 3,20%; PBD, 3,20%; USIPREV, 3,40%; e COSIPREV, 2,60%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 4,8%; PBD, 4,8%; USIPREV, 4,90%; e COSIPREV, 4,45%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 27.5.

27.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

Controladora e Consolidado						
31/12/2019						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)	(8.001.164)	(702.997)
Valor justo dos ativos do plano	5.677.901	1.637.148	1.125.747	24.658	8.465.454	-
(Déficit) excedente no plano	943.965	(368.897)	(133.720)	22.942	464.290	(702.997)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	37.452	11.031	20.118	275	68.876	39.497
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	472.100	2.757	(17.332)	(5.995)	451.530	-
Controladora e Consolidado						
31/12/2018						
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)	(487.159)
Valor justo dos ativos do plano	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066	-
(Déficit) excedente no plano	1.034.722	(149.948)	46.087	25.889	956.750	(487.159)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(16.196)	16.609	(53.972)	613	(52.946)	(6.610)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(39.891)	89.857	7.674	977	58.617	-

27.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

Hipóteses atuariais significativas	Controladora e Consolidado			
	PB1	PBD	USIPREV	31/12/2019 COSIPREV
Valor presente da obrigação	(4.733.936)	(2.006.045)	(1.259.467)	(1.716)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	6,92%	6,92%	7,12%	6,92%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos (i)	BREMS 2015	At-2000 suavizada em 10%	AT-2000, suav. 50% (M) e 40%(F)	AT-2000, suavizada 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos (i)	AT-83 Basic	AT-83 Basic	AT-83 Basic	n/a
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(514.870)	(214.476)	(159.026)	(64)
1% de redução sobre a taxa real	432.290	180.548	128.775	59
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Suavizada em 10%	(145.346)	(61.576)	(22.412)	40

(i) Segregadas por sexo.

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

27.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Plano Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(487.159)	(401.464)	(487.547)	(401.464)
Custo do serviço corrente	1.014	1.216	1.178	1.216
Custo dos juros	(45.183)	(39.176)	(45.347)	(39.176)
Benefícios pagos	10.896	11.223	10.896	11.223
Ganhos (perdas) atuariais	(182.565)	(58.958)	(225.644)	(59.346)
Saldo final	<u>(702.997)</u>	<u>(487.159)</u>	<u>(746.464)</u>	<u>(487.547)</u>

27.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	336.663	4	390.216	5
Títulos do Governo Federal	4.932.586	58	4.523.932	60
Renda fixa	2.364.235	28	2.100.621	27
Investimentos imobiliários	98.509	2	266.777	3
Outros	733.461	8	415.520	5
	<u>8.465.454</u>	<u>100</u>	<u>7.697.066</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$336.663 (31 de dezembro de 2018 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$390.216).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

28 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.752.163 ações preferenciais classe A e 66.261 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2019	705.260.684	547.752.163	66.261	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(20.962.367)	-	(23.489.023)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	526.789.796	66.261	1.229.590.085

Conforme Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2019, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 20.962.367 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2018 – 2.526.656 ações ordinárias e 21.250.817 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o saldo credor de R\$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$1.351.197 (31 de dezembro de 2018 – R\$965.630).
- (iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo credor dessa conta totaliza R\$98.922 (31 de dezembro de 2018 – R\$110.062).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2019, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	213.265	726.658
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(10.663)</u>	<u>(36.333)</u>
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	<u>202.602</u>	<u>690.325</u>
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	<u>50.650</u>	<u>172.581</u>
Dividendos propostos	50.650	80.294
Juros sobre capital próprio propostos	-	92.287
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	11.455
Total	<u>50.650</u>	<u>184.036</u>
Valor por ação ON (i)	R\$0,039500	R\$0,143559
Valor por ação PN (i)	R\$0,043450	R\$0,157914

(i) Em 31 de dezembro de 2018, calculado com base no montante bruto de R\$184.036.

De acordo com a Deliberação CVM 683/12, os juros sobre capital próprio foram imputados ao montante dos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido, deduzidos do imposto de renda na fonte correspondente.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos a pagar no início do exercício	<u>172.762</u>	<u>55.479</u>	<u>202.809</u>	<u>75.644</u>
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(172.305)	(55.255)	(255.464)	(125.469)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	50.650	172.581	120.469	252.677
Dividendos prescritos	-	(43)	-	(43)
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	<u>51.107</u>	<u>172.762</u>	<u>67.814</u>	<u>202.809</u>

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

29 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2019						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	2.150.683	15.553.347	4.731.633	460.960	22.896.623	(4.718.056)	18.178.567
Vendas de produtos	2.150.683	15.516.560	4.670.634	153.463	22.491.340	(4.602.706)	17.888.634
Vendas de serviços	-	36.787	60.999	307.497	405.283	(115.350)	289.933
Deduções	(161.524)	(2.834.175)	(1.001.287)	(49.056)	(4.046.042)	816.194	(3.229.848)
Receita	1.989.159	12.719.172	3.730.346	411.904	18.850.581	(3.901.862)	14.948.719
Custo das vendas	(1.144.277)	(11.774.272)	(3.540.125)	(388.438)	(16.847.112)	3.772.983	(13.074.129)
Lucro (prejuízo) bruto	844.882	944.900	190.221	23.466	2.003.469	(128.879)	1.874.590
(Despesas)/receitas operacionais	(180.382)	(444.925)	(100.210)	(39.446)	(764.963)	(157.116)	(922.079)
Despesas com vendas	(116.163)	(109.302)	(45.430)	(13.144)	(284.039)	(4.476)	(288.515)
Despesas gerais e administrativas	(24.387)	(333.053)	(57.323)	(26.908)	(441.671)	14.766	(426.905)
Outras (despesas) e receitas	(100.343)	(275.789)	2.543	667	(372.922)	(14.472)	(387.394)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	60.511	273.219	-	(61)	333.669	(152.934)	180.735
Lucro (prejuízo) operacional	664.500	499.975	90.011	(15.980)	1.238.506	(285.995)	952.511
Resultado financeiro	4.443	(496.228)	(6.898)	2.585	(496.098)	(13.741)	(509.839)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	668.943	3.747	83.113	(13.395)	742.408	(299.736)	442.672
Imposto de renda e contribuição social	(171.709)	186.075	(28.337)	(88.742)	(102.713)	36.732	(65.981)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	497.234	189.822	54.776	(102.137)	639.695	(263.004)	376.691
Atribuível aos							
Acionistas controladores	350.855	189.822	37.729	(102.137)	476.269	(263.004)	213.265
Acionistas não controladores	146.379	-	17.047	-	163.426	-	163.426
Ativos	4.690.187	24.016.527	1.621.282	429.350	30.757.346	(4.420.314)	26.337.032
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	473.194	32.475	-	2.403	508.071	-	508.071
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	166.644	686.406	14.329	8.803	876.182	(12.576)	863.606
Passivos circulante e não circulante	709.654	9.915.126	489.123	276.021	11.389.924	(618.576)	10.771.348

	31/12/2018						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	1.227.958	15.365.081	4.165.297	409.091	21.167.427	(4.303.322)	16.864.105
Vendas de produtos	1.227.958	15.344.132	4.103.698	192.292	20.868.080	(4.211.921)	16.656.159
Vendas de serviços	-	20.949	61.599	216.799	299.347	(91.401)	207.946
Deduções	(142.911)	(2.794.713)	(927.424)	(56.373)	(3.921.421)	794.096	(3.127.325)
Receita	1.085.047	12.570.368	3.237.873	352.718	17.246.006	(3.509.226)	13.736.780
Custo das vendas	(748.797)	(10.605.498)	(3.044.476)	(349.829)	(14.748.600)	3.226.906	(11.521.694)
Lucro (prejuízo) bruto	336.250	1.964.870	193.397	2.889	2.497.406	(282.320)	2.215.086
(Despesas)/receitas operacionais	3.805	(898.313)	(106.347)	(186.412)	(1.187.267)	114.452	(1.072.815)
Despesas com vendas	(87.787)	(186.890)	(46.251)	(11.667)	(332.595)	(4.809)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(26.124)	(334.802)	(57.862)	(35.243)	(454.031)	14.009	(440.022)
Outras (despesas) e receitas	55.006	(440.056)	(2.234)	(139.432)	(526.716)	(29.023)	(555.739)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	62.710	63.435	-	(70)	126.075	134.275	260.350
Lucro (prejuízo) operacional	340.055	1.066.557	87.050	(183.523)	1.310.139	(167.868)	1.142.271
Resultado financeiro	23.997	81.926	12.719	5.293	123.935	(30.890)	93.045
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	364.052	1.148.483	99.769	(178.230)	1.434.074	(198.758)	1.235.316
Imposto de renda e contribuição social	(81.466)	(404.120)	(34.978)	15.886	(504.678)	98.057	(406.621)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	282.586	744.363	64.791	(162.344)	929.396	(100.701)	828.695
Atribuível aos							
Acionistas controladores	200.713	744.363	44.627	(162.344)	827.359	(100.701)	726.658
Acionistas não controladores	81.873	-	20.164	-	102.037	-	102.037
Ativos	4.294.012	24.543.528	1.718.978	435.876	30.992.394	(4.468.543)	26.523.851
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	430.474	23.580	-	2.462	456.516	-	456.516
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	77.133	408.960	93.509	10.586	590.188	(2.721)	587.467
Passivos circulante e não circulante	598.830	10.195.809	609.913	151.121	11.555.673	(729.213)	10.826.460

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

30 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de produtos				
Mercado interno	14.241.225	13.701.027	15.157.487	14.230.571
Mercado externo	<u>1.275.335</u>	<u>1.642.896</u>	<u>2.731.147</u>	<u>2.425.588</u>
	<u>15.516.560</u>	<u>15.343.923</u>	<u>17.888.634</u>	<u>16.656.159</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	32.207	18.131	285.485	205.128
Mercado externo	<u>4.448</u>	<u>2.818</u>	<u>4.448</u>	<u>2.818</u>
	<u>36.655</u>	<u>20.949</u>	<u>289.933</u>	<u>207.946</u>
Receita bruta	<u>15.553.215</u>	<u>15.364.872</u>	<u>18.178.567</u>	<u>16.864.105</u>
Deduções da receita	<u>(2.834.144)</u>	<u>(2.794.793)</u>	<u>(3.229.848)</u>	<u>(3.127.325)</u>
Receita líquida	<u>12.719.071</u>	<u>12.570.079</u>	<u>14.948.719</u>	<u>13.736.780</u>

31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação, amortização e exaustão	(827.884)	(854.048)	(991.785)	(1.029.535)
Despesas e benefícios a empregados	(853.425)	(863.268)	(1.371.421)	(1.268.092)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(8.840.720)	(8.069.548)	(8.584.897)	(7.808.345)
Despesas com manutenções programadas	(159.132)	(111.461)	(163.216)	(108.572)
Frete e seguros	(462.844)	(380.099)	(869.818)	(608.628)
Custo de distribuição	(80.047)	(98.840)	(201.632)	(193.198)
Serviços de terceiros	(833.672)	(900.505)	(1.061.410)	(1.088.516)
Encargos judiciais	(26.929)	(28.165)	(39.250)	(34.748)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(195.185)	(155.528)	(201.921)	(146.767)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	46.416	9.530	47.753	12.058
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	3.408	2.781	5.687	(267)
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	-	36.063	-	36.063
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (Impairment), líquidos	(13.358)	(529.268)	(16.426)	(472.787)
Créditos Eletrobras	117.337	186.010	117.337	186.010
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	63.266	410.932	86.860	418.744
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Outras	(606.751)	(459.025)	(950.924)	(706.361)
	<u>(12.645.953)</u>	<u>(11.838.920)</u>	<u>(14.176.943)</u>	<u>(12.854.859)</u>
Custo das vendas	(11.930.865)	(10.861.424)	(13.074.129)	(11.521.694)
Despesas com vendas	(109.302)	(186.890)	(288.515)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(321.265)	(322.966)	(426.905)	(440.022)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(284.521)	(467.640)	(387.394)	(555.739)
	<u>(12.645.953)</u>	<u>(11.838.920)</u>	<u>(14.176.943)</u>	<u>(12.854.859)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$36.122 na Controladora e R\$37.678 no Consolidado (31 de dezembro de 2018 – R\$23.202 e R\$23.685, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

32 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos	(629.513)	(631.664)	(1.063.988)	(963.407)
Encargos previdenciários	(126.724)	(120.871)	(186.963)	(173.206)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(45.103)	(29.380)	(45.004)	(29.380)
Abonos	(12.455)	(15.916)	(13.396)	(15.934)
Participação dos empregados nos lucros	(22.257)	(48.495)	(39.736)	(65.206)
Custos de planos de aposentadoria	(2.933)	(3.253)	(3.270)	(3.572)
Outras	(14.440)	(13.689)	(19.064)	(17.387)
	<u>(853.425)</u>	<u>(863.268)</u>	<u>(1.371.421)</u>	<u>(1.268.092)</u>

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

33 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(27.032)	(29.268)	(66.642)	(66.918)
Serviços de terceiros	(13.323)	(13.632)	(17.863)	(17.432)
Depreciação e amortização	(2.997)	(3.067)	(4.162)	(4.150)
Custo de distribuição	(80.047)	(98.840)	(201.632)	(193.198)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	23.567	(34.481)	18.120	(41.918)
Despesas gerais	(9.470)	(7.602)	(13.336)	(13.788)
	<u>(109.302)</u>	<u>(186.890)</u>	<u>(288.515)</u>	<u>(337.404)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(155.683)	(145.600)	(197.996)	(192.273)
Serviços de terceiros	(74.147)	(80.071)	(104.675)	(114.114)
Depreciação e amortização	(27.085)	(31.209)	(33.168)	(38.864)
Honorários da Administração	(22.823)	(28.045)	(31.115)	(35.817)
Despesas gerais	(41.527)	(38.041)	(59.951)	(58.954)
	<u>(321.265)</u>	<u>(322.966)</u>	<u>(426.905)</u>	<u>(440.022)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	395.035	359.440	401.251	365.836
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	-	36.063	-	36.063
Recuperação de impostos em processos judiciais	1.988	3.786	2.056	5.867
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	11.216	36.180	14.864	39.512
Recuperação de custo	20.184	3.539	31.305	7.861
Recuperação de gastos com sinistros	95.609	29.440	95.609	29.440
Recuperação de despesas	12.348	14.592	17.428	23.611
Receita de vendas diversas	6.837	4.880	7.752	5.411
Projeto Reintegra	-	13.155	-	13.155
Créditos Eletrobras	117.337	186.010	117.337	186.010
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (ii)	63.266	410.932	86.860	418.744
Outras receitas	16.518	9.028	13.117	3.507
	<u>740.338</u>	<u>1.107.045</u>	<u>787.579</u>	<u>1.135.017</u>
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(312.430)	(316.662)	(316.733)	(319.938)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(13.358)	(529.268)	(16.426)	(472.787)
Despesas com ociosidade	(219.119)	(271.194)	(276.862)	(364.040)
Despesas com seguros e sinistros	(8.251)	(9.669)	(8.253)	(9.808)
Encargos judiciais	(26.929)	(28.165)	(39.250)	(34.748)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(195.185)	(155.528)	(201.921)	(146.767)
PIS e COFINS sobre venda de energia	(36.189)	(33.248)	(36.765)	(33.840)
Pesquisas Tecnológicas	(29.101)	(25.891)	(29.101)	(25.891)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(7.808)	(33.399)	(9.177)	(40.312)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(12.984)	(9.526)	(24.264)	(19.294)
Controle ambiental	(9.859)	(3.246)	(9.859)	(3.246)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(45.103)	(29.380)	(45.004)	(29.380)
Ajuste de estoque	(29.290)	(21.475)	(29.290)	(21.475)
Provisões para perdas com tributos	-	(55.825)	(27.889)	(96.760)
Despesas de pré-projeto	(35.490)	(21.048)	(35.490)	(21.048)
Outras despesas	(43.763)	(31.161)	(68.689)	(51.422)
	<u>(1.024.859)</u>	<u>(1.574.685)</u>	<u>(1.174.973)</u>	<u>(1.690.756)</u>
	<u>(284.521)</u>	<u>(467.640)</u>	<u>(387.394)</u>	<u>(555.739)</u>

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 25 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 25 (c).

34 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Juros de clientes	14.276	16.954	24.875	34.487
Receita de aplicações financeiras	25.976	35.517	73.467	64.286
Efeitos monetários	8.091	12.050	20.256	26.939
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS				
Importação (i)	-	19.636	-	19.636
Juros sobre créditos Eletrobras (ii)	263.892	490.013	263.892	490.013
Correção dos depósitos judiciais	5.120	10.074	8.322	14.922
Juros sobre créditos fiscais	16.741	5.193	18.827	8.902
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	52.633	378.228	69.702	384.505
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	81.248	71.859	81.248	71.859
Reversão de provisão de juros de demandas judiciais	54.637	42.294	57.738	43.438
Outras receitas financeiras	10.519	13.749	3.695	10.160
	<u>533.133</u>	<u>1.095.567</u>	<u>622.022</u>	<u>1.169.147</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(366.533)	(387.220)	(366.120)	(389.755)
Resultado das operações de <i>swap</i>	4.167	2.719	(1.696)	2.719
Efeitos monetários	(68.112)	(112.302)	(88.294)	(128.823)
PIS/COFINS sobre JSCP	(10.364)	(7.278)	(10.364)	(7.278)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(18.700)	(45.651)	(21.653)	(47.692)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(156.073)	(98.082)	(176.634)	(109.787)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(71.626)	(46.172)	(92.410)	(68.802)
Encargos sobre passivo atuarial	(40.803)	(62.537)	(40.803)	(62.537)
Comissões e outros encargos sobre financiamentos	(127.246)	(19.474)	(128.353)	(19.474)
Outras despesas financeiras	<u>(10.230)</u>	<u>(78.151)</u>	<u>(20.366)</u>	<u>(81.278)</u>
	<u>(865.520)</u>	<u>(854.148)</u>	<u>(946.693)</u>	<u>(912.707)</u>
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	<u>(195.399)</u>	<u>(205.614)</u>	<u>(185.168)</u>	<u>(163.395)</u>
	<u>(527.786)</u>	<u>35.805</u>	<u>(509.839)</u>	<u>93.045</u>

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 25 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 25 (c).

35 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 28).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	116.877	96.388	213.265	398.334	328.324	726.658
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	526.711.832	1.229.445.860	702.734.028	526.009.649	1.228.743.677
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,17	0,18	-	0,57	0,62	-

36 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$3.823.326 na Controladora e R\$4.406.170 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	277.350	86.340	-	-	363.690
Com fornecedores	1.201.685	1.012.251	510.701	734.999	3.459.636
	1.479.035	1.098.591	510.701	734.999	3.823.326
	Consolidado				
	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	436.412	89.810	-	-	526.222
Com fornecedores	801.715	664.099	553.135	734.999	2.753.948
Arrendamentos mercantis operacionais	51.000	154.000	154.000	767.000	1.126.000
	1.289.127	907.909	707.135	1.501.999	4.406.170

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$363.690 na Controladora e R\$526.222 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos com fornecedores totalizam R\$3.459.636 na Controladora e R\$2.753.948 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2019, o montante destinado corresponde a R\$1.126.000 no Consolidado.

37 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2019						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	20.962.367	3,83	23.489.023	1,87
Demais acionistas	161.021.803	22,83	513.847.837	93,80	674.869.640	53,86
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2018						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	21.250.817	3,88	23.777.473	1,91
Demais acionistas	161.021.803	22,83	513.618.435	93,75	674.640.238	53,84
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

(ii) A Siderar S.A.I.C. alterou razão social para Ternium Argentina S.A

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	10.220	-	1.651	22.033	-	2.355
Acionistas não controladores	2.369	-	-	-	-	-
Controladas	251.727	40.220	100.223	354.235	71.255	97.740
Controladas em conjunto	90	-	-	68	-	-
Coligadas	4.047	-	-	26.076	346	-
Outras partes relacionadas (i)	66.534	-	-	34.444	-	-
Total	334.987	40.220	101.874	436.856	71.601	100.095
Circulante	334.987	40.220	46.384	420.856	71.601	55.026
Não Circulante	-	-	55.490	16.000	-	45.069
Total	334.987	40.220	101.874	436.856	71.601	100.095

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$66.187).

	Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Contas a receber de clientes	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	10.220	1.651	22.033	-	2.355
Acionistas não controladores	2.369	-	-	-	-
Controladas em conjunto	90	-	68	-	-
Coligadas	4.054	-	26.588	13.562	-
Outras partes relacionadas (i)	67.346	-	34.591	-	-
Total	84.079	1.651	83.280	13.562	2.355
Circulante	84.079	-	67.280	13.562	13
Não Circulante	-	1.651	16.000	-	2.342
Total	84.079	1.651	83.280	13.562	2.355

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium (R\$66.999).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	291	2.300	-	398	23.795	178.561
Controladas	168.297	104.335	3.087.316	70.413	96.905	-
Controladas em conjunto	69.332	-	-	96.073	-	-
Coligadas	698	-	-	2.313	1.356	-
Outras partes relacionadas (i)	142.543	70	-	138.937	-	-
Total	381.161	106.705	3.087.316	308.134	122.056	178.561
Circulante	381.161	2.370	79.921	308.134	25.160	2.934
Não Circulante	-	104.335	3.007.395	-	96.896	175.627
Total	381.161	106.705	3.087.316	308.134	122.056	178.561

(i) Em 31 de dezembro de 2019, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	341	2.300	200	23.793	178.561
Acionistas não controladores	-	8.394	-	19.957	-
Controladas em conjunto	70.135	-	96.807	-	-
Coligadas	37.707	123.254	34.674	136.305	-
Outras partes relacionadas (i)	142.543	5.489	138.937	6.667	-
Total	250.726	139.437	270.618	186.722	178.561
Circulante	250.726	17.599	270.618	52.468	2.934
Não Circulante	-	121.838	-	134.254	175.627
Total	250.726	139.437	270.618	186.722	178.561

(i) Em 31 de dezembro de 2019, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$178.651.

(c) Resultado

	Controladora					
			31/12/2019			31/12/2018
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	313.229	6.395	(11.186)	265.161	23.010	(37.947)
Acionistas não controladores	481.910	-	-	-	-	-
Controladas	4.020.220	674.694	(234.703)	3.818.817	493.177	(17.840)
Controladas em conjunto	-	375.823	(6.337)	198	528.122	(2.713)
Coligadas	27.269	120.241	315	35.677	143.110	30
Outras partes relacionadas (i) (ii)	244.858	1.982.769	(1.917)	389.190	2.850.151	43.726
Total	5.087.486	3.159.922	(253.828)	4.509.043	4.037.570	(14.744)

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$201.768.

	Consolidado					
			31/12/2019			31/12/2018
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	313.229	6.607	(11.186)	265.161	25.735	(37.864)
Acionistas não controladores	481.919	-	-	362	61.514	-
Controladas em conjunto	1.904	380.968	(6.337)	2.428	533.447	(2.713)
Coligadas	27.661	320.873	315	65.211	283.934	(22.600)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	247.603	1.982.769	(1.924)	391.476	2.851.728	44.948
Total	1.072.316	2.691.217	(19.132)	724.638	3.756.358	(18.229)

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$204.308.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, o total das compras de outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda no valor de R\$1.981.882.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 37 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Honorários	15.248	13.785
Encargos sociais	3.934	3.863
Planos de aposentadoria	343	236
Provisão (reversão) de remuneração variável	3.298	10.161
	22.823	28.045

Em 31 de dezembro de 2019, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$17.908 (31 de dezembro de 2018 – R\$22.290).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.

- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).
- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.
- Compra de placas da Ternium Brasil Ltda.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

38 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$12.941.209 mil (31 de dezembro de 2018 – US\$12.002.992 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2020.

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação da quantidade de opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	609.259	866.064	764.176	1.821.875	1.242.005	1.280.031
Realizadas durante o exercício	(288.452)	-	-	(952.917)	(28.626)	(161.826)
Canceladas durante o exercício	-	-	-	(259.699)	(347.315)	(354.029)
Expiradas durante o exercício	-	-	(764.176)	-	-	-
Em aberto no fim do exercício	<u>320.807</u>	<u>866.064</u>	<u>-</u>	<u>609.259</u>	<u>866.064</u>	<u>764.176</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado, uma vez que as despesas, considerando os prazos de cada programa vigente, foram integralmente apropriadas até 31 de outubro de 2017. Foi ainda revertido o montante de R\$820 à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2019 (cancelamentos e exercícios de opções em 31 de dezembro de 2018 - R\$10.343). Com isso, esse montante resultou em impacto nas reservas de capital constituídas pela Companhia.

De acordo com o regulamento do Plano, que estabelece sete anos de vigência para cada programa, em novembro de 2019, encerrou-se o prazo do direito ao exercício das opções do Programa 2012. Desta forma, o saldo remanescente do referido Programa, no total de R\$3.309, foi integralmente revertido à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados”.

40 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.547	40.000	40.547	40.000
Estoques	Processos judiciais	669	145.374	669	145.374
Imobilizado (i)	Processos judiciais	504.453	593.878	548.366	642.888
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	3.571	3.829.345	25.632	3.851.406
		<u>549.240</u>	<u>4.608.597</u>	<u>615.214</u>	<u>4.679.668</u>

(i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto à Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 27.2.

41 Transações sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeitos de caixa, sendo as principais as seguintes: (i) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R\$13.865 (Controladora e Consolidado); (ii) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R\$30.969 (Controladora) e R\$50.049 (Consolidado); e (iii) provisão para recuperação ambiental em contrapartida do imobilizado no montante de R\$8.720 (Consolidado).

Conselho de Administração

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente

Elias de Matos Brito
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Ronald Seckelmann
Conselheiro

Yoshiaki Shimada
Conselheiro

Yuichi Akiyama
Conselheiro

Conselho Fiscal

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Fabricio Santos Debortoli
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Sérgio Carvalho Campos
Conselheiro

Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sergio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O